

País fez o "acordo possível", diz Gros

REALI JÚNIOR
Correspondente

PARIS — O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, disse que o Brasil assinou com o Clube de Paris "o acordo que era possível". Gros negou-se a comparar o resultado das negociações com os acordos obtidos por países como Argentina, México e Filipinas, alegando que o País tem pagamentos atrasados mais elevados e necessidades diferentes desses outros países. Para o presidente do BC, o acordo foi bom por ter condições compatíveis com o programa econômico do governo brasileiro.

Gros reconheceu que para um acordo ser considerado excelente é necessário haver perdão de parte da dívida, como já ocorreu com outros países. Mas o País não conseguiu obter esse privilégio. Nos meios financeiros franceses, o acordo foi considerado apenas razoável, quase clássico, com menos concessões do que foram feitas a outros devedores do mesmo grupo, que têm obtido condições mais interessantes, principalmente prazos mais amplos. Para Gros, a originalidade nas negociações com o Brasil foi o fato de os credores terem admitido

reescalonar o que já havia sido negociado anteriormente.

As dificuldades nas negociações, no entanto, não surpreenderam o presidente do BC. Gros afirmou que sempre insistiu em que as discussões seriam difíceis e complexas, mesmo porque a capacidade de pagamento do País era limitada, não havendo excesso de divisas para oferecer aos credores. Ele também havia se convencido de que as regras tradicionais de negociação do Clube de Paris não poderiam resolver os problemas do Brasil, sendo necessário convencer os credores a aceitar um modelo brasileiro. Isso acabou ocorrendo, segundo Gros, no momento em que os governos credores aceitaram negociar o que já havia sido negociado em acordos anteriores.

Esse modelo de negociação demorou algum tempo para ser assimilado nas discussões, o que pode ter alimentado uma falsa impressão de que o País caminhava para um impasse com o Clube de Paris. Essa idéia de ruptura, no entanto, nunca ocorreu. Em nenhum momento a delegação do Brasil ou os representantes dos credores imaginaram deixar a mesa de negociações. O ministro Marcílio ad-

mitiu uma suspensão dos trabalhos por uma semana, para que os representantes dos países credores, nem sempre com mandato político para um acordo que fugisse das regras restritas do Clube, pudessem consultar seus respectivos governos. Mas ninguém disse que o acordo não poderia ser fechado. Gros explicou que já viajou disposto a permanecer em Paris o tempo necessário para obter um bom acordo, seguindo instruções recebidas em Brasília.

O fato de o Brasil ter alterado a proposta inicial, em prazos e formas de pagamentos, também não deve ser interpretado como um recuo, mas sim como uma arma de negociação, explicou o presidente do BC. O Brasil reivindicou prazos de 18 e 20 anos e acabou aceitando 12 anos e mais dois de carência. Para Gros, o fato de a negociação ter sido encerrada num nível diferente do inicial não causa preocupação. O importante, na opinião do presidente do BC, era que o acordo fosse compatível com o programa econômico do governo brasileiro, o que acabou acontecendo.

■ *Leia a íntegra do acordo com o Clube de Paris na página 5*